



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1874508 - SP (2021/0108425-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : **YELLOW MOUNTAIN DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA**  
**ADVOGADOS** : **MARICI GIANNICO - SP149850**  
                  **FREDERICO BASTOS PINHEIRO MARTINS - MG118511**  
                  **SOFIA COSTA AGRELI - DF062819**  
**AGRAVADO** : **VIPG ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA**  
**ADVOGADOS** : **OLAVO GLIORIO GOZZANO - SP099916**  
                  **MARIANA CUNHA GLIORIO GOZZANO - SP344549**

### DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por **YELLOW MOUNTAIN DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.**, com pedido liminar de atribuição de efeito suspensivo (fl. 529), contra decisão que inadmitiu recurso especial (fls. 523/526) que, por sua vez, foi apresentado ao acórdão do **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**.

Requer a parte agravante que o agravo em recurso especial seja recebido com efeito suspensivo, porque "persiste risco de dano irreparável ou de difícil reparação caso mantida a situação dos aluguéis que se pretendia ver remediada pela tutela de urgência. Por tais razões é possível a atribuição de efeito suspensivo ao Recurso Especial, conforme previsto no art. 1.029, § 5º, do Código de Processo Civil" (fl. 547).

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Em análise preliminar, não está configurado o *periculum in mora*.

A parte agravante não comprovou o risco de dano irreparável ou de difícil reparação, pois tão somente fez o pedido de liminar de concessão de efeito suspensivo com argumentos genéricos, sem especificação ou individualização do caso concreto.

Dessa forma, não houve a demonstração de como o possível erro no julgamento proferido pelo Tribunal de origem reclamaria intervenção urgente, a fim de se evitar "dano grave, de difícil ou impossível reparação" (AgInt no TP n. 851/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 28/5/2018).

Ante o exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo ao agravo em recurso especial sem prejuízo do ulterior juízo de admissibilidade do recurso pelo ministro relator, a quem deve ser encaminhado o processo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente